

# O USO DE INVENTÁRIOS *POST MORTEM* E TESTAMENTOS NAS PESQUISAS HISTÓRICAS SOBRE FAMÍLIAS ESCRAVAS: O CASO DE ITAPEMIRIM-ES

Laryssa da Silva Machado<sup>1\*</sup>

**Resumo:** Nas últimas décadas do século XX, a historiografia brasileira passou a utilizar fontes variadas que por muito tempo foram renegadas. Entre esses documentos estão os documentos cartoriais: inventários *post mortem* e testamentos. Essa documentação fez com que personagens renegados, como crianças, mulheres e escravos, tivessem suas histórias reveladas. Além disso, no campo da História Social, o uso dessa documentação é uma saída para as pesquisas demográficas, uma vez que há uma carência de fontes oficiais. Esse trabalho pretende abordar a importância dessa documentação e apresentar os inventários e testamentos encontrados em Itapemirim, região sul do Espírito Santo no século XIX, região que se destacou na historiografia capixaba por suas fazendas açucareiras e cafeeiras no Oitocentos.

**Palavras-chave:** História do Espírito Santo; Inventários e testamentos; Escravidão no Espírito Santo.

## **SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS CARTORIAIS: INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* E TESTAMENTOS**

Dentre os documentos inseridos nos estudos de História Social estão os Inventários *post-mortem* e os Testamentos. Em trabalhos que se dispõem a estudar famílias, como esta dissertação, o uso destas fontes é bastante oportuno e precioso. São documentos seriados, todavia, diversificados. Cada inventário e testamento são únicos e apresentam variada gama da população.<sup>2</sup> "Trazem-nos informações quantitativas e qualitativas – de ordem social, cultural, econômica, administrativa e política – sobre os indivíduos no período colonial e imperial do Brasil."<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. (Email: assyrall@gmail.com)

<sup>2</sup> MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. Inventários e Sequestros: Fontes para a História Social. In: *Revista do Departamento de História*. 9, 1989, p.31. Disponível em ([https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572771593c44d8676a059f47/1462202714544/3\\_Magalhaes%2C+Beatriz+Ricardina+de.pdf](https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572771593c44d8676a059f47/1462202714544/3_Magalhaes%2C+Beatriz+Ricardina+de.pdf)). Acesso em 21 de julho de 2018.

<sup>3</sup> MIRANDA, Ana Caroline C. As últimas vontades: considerações sobre o testamento de Maria Machado Pereira, preta forra - Vila de Pitangui (1777). *Fontes*, São Paulo, n. 4, 2016/1, p. 72. Disponível em: <http://www.revistadefontes.unifesp.br/wp-content/uploads/2017/04/fontes04de71a78.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.

Inicialmente esses documentos apareceram em estudos franceses sobre a História da Morte, mas alastraram-se para outros países e passaram a ser utilizados em pesquisas portuguesas<sup>4</sup> sobre o mesmo assunto. No Brasil, além das pesquisas sobre a História da Morte, inventários e testamentos são usados em pesquisas no campo da História Social, já que esses documentos permitem ao historiador reconstruir parte da identidade do sujeito, pois descrevem “a composição das casas de morada, o vestuário, os padrões de estado civil, o número de filhos, os agregados, as relações creditícias em que estes se envolveram, a religiosidade, o compadrio, a composição de riqueza.”<sup>5</sup> É como se o pesquisador voltasse no tempo e adentrasse na vida dos sujeitos cujos bens estão descritos nos documentos.

Tem-se, pois, uma gama variadíssima da população (sobretudo das camadas médias) que vai dos artesãos aos profissionais liberais, de funcionários públicos a alguns poucos religiosos. Os relatos são minuciosos. E como se tivéssemos em mãos uma câmera indiscreta vasculhando os meandros da casa, o vestuário, o mobiliário, o vasilhame, a despensa, o quintal, o sítio, as datas de minerar e sobretudo a mão-de-obra.<sup>6</sup>

Testamentos são produzidos antes da morte, onde se registra a última vontade do testador, atestada e testemunhada. O testador precisa estar dotado de suas faculdades mentais. Além dos testadores, compõem um testamento a testamentária, que é a execução do testamento, testamentário, que é a coisa do testamento, e o testamenteiro, que é a pessoa encarregada de executar a vontade do testador. Devia ser escrito na presença de um tabelião e acompanhado de cinco testemunhas.<sup>7</sup>

Já o inventário é feito após a morte, por isso chamado de *post-mortem*. Por meio desse documento, os bens do morto são arrolados para serem partilhados pelos herdeiros. Geralmente era composto pelas seguintes partes: termo de abertura, que informavam dados do local, a data, o juiz responsável e a data do óbito; a transcrição do testamento, quando havia; designação de tutor, quando existiam herdeiros menores, e o cônjuge sobrevivente fosse mulher; inventariação e avaliação de bens por avaliadores designados; e partilha.<sup>8</sup> Sendo assim, um inventário foi e ainda é “documento exigido pelo Estado, por meio do Poder Judiciário, no qual se relacionam todos os bens de um indivíduo por ocasião de seu falecimento para, assim, formalizar a partilha entre seus herdeiros e sucessores.”<sup>9</sup>

---

<sup>4</sup> SILVA, Aryanne Faustina da. O uso dos testamentos como fontes para a produção do conhecimento histórico. In.: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014, p. 1-10 Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400163550\\_ARQUIVO\\_TextoCompleto-AryanneFaustinadaSilva.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400163550_ARQUIVO_TextoCompleto-AryanneFaustinadaSilva.pdf). Acesso em 21 de julho de 2018, p. 2-3.

<sup>5</sup> MIRANDA, 2016, p.72.

<sup>6</sup> MAGALHÃES, 1989, p.31-32.

<sup>7</sup> FURTADO, 2011, p. 93-95.

<sup>8</sup> FURTADO, 2011, p. 102, 105.

<sup>9</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post-mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. In.: *Mal Estar e Sociedade*. Ano V, n. 8. Barbacena: jan/jun. 2012, p. 64. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/187/189>. Acesso em 21 de julho de 2018.

Historicamente, testamentos são produzidos desde a Antiguidade. Porém, a Igreja Católica influenciou de forma expressiva essa documentação ao ensinar seus fiéis sobre a boa morte. Testamentos passaram a ter estrutura mais complexa, contendo como partes importantes as disposições espirituais, ou o bem da alma e o arrolamento dos bens materiais ou herança. Também tinha a função de organizar a vida social da família após a morte do testador. <sup>10</sup> “Até o século XIX, a Igreja considerou-se guardiã dos testamentos, em vista disso, muitos deles foram trasladados no livro de registro de óbitos. A documentação eclesiástica manteve-se nos arquivos das diversas Cúrias do Brasil.” <sup>11</sup>

Na perspectiva de estudos, podem-se realizar pesquisas com esses documentos em diversas áreas sejam de: mentalidades, comportamentos, mortes, doutrina, religiosidade, crenças e devoções, dentre outros assuntos. Outro campo em que inventários e testamentos são muito utilizados é o demográfico, uma vez que preenchem lacunas deixadas pelos documentos eclesiásticos. <sup>12</sup> Também são fontes riquíssimas para estudos sobre famílias patriarcais, família colonial, estratégias familiares, bem como em outras pesquisas, já que “oferecem, entre outras, informações sobre filhos legítimos e ilegítimos, pais, órfãos, parentes e outros antepassados, [...] podem revelar informações sobre a dinâmica da vida familiar nos anos pregressos a morte.” <sup>13</sup>

Eduardo Paiva<sup>14</sup> salienta que testamentos são relatos individuais e expressam o modo de viver coletivos além de informar sobre comportamentos, grupos sociais e até mesmo de uma sociedade, os elementos definidores da esfera mental e também são fontes de estudos da cultura material, pois descrevem mobiliário, louça, utensílios, objetos de prata e ouro, oratórios e imagens, ferramentas de trabalho, <sup>15</sup> e, assim, pode-se identificar a economia da região.

Cláudia Rodrigues, em trabalho sobre usos de testamento, observou que tais documentos são fontes excelentes, pois as análises possíveis vão além das questões jurídicas e dos aspectos sociais e econômicos. Ela alerta que nas últimas vontades declaradas instituições como a Igreja, o clero e as associações religiosas recebiam bens, doações e esmolas, que por muito tempo sustentou as mesmas. Além disso, tanto a prática de testar como o conteúdo do documento é passível de estudos, dada a riqueza documental. <sup>16</sup> O medo da morte e a

---

<sup>10</sup> DURÃES, Margarida. Os Testamentos e a História da Família. *CONFERÊNCIA APRESENTADA NO ÂMBITO DO MESTRADO DE DEMOGRAFIA*, Campinas, Instituto de Filosofia de Ciências Humanas na Universidade Federal de Campinas, 2004, p. 1-6.

<sup>11</sup> ARAÚJO, Maria Lucília V. Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao06/materia01/texto01.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.

<sup>12</sup> DURÃES, 2004, p. 6-7.

<sup>13</sup> FURTADO, 2011, p. 112.

<sup>14</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte PPGH-UFGM, 2009, p. 43.

<sup>15</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte PPGH-UFGM, 2009, p. 43, 113.

<sup>16</sup> RODRIGUES, Cláudia. O uso de testamentos nas pesquisas sobre atitudes diante da morte em sociedades católicas de Antigo Regime. In.: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha. *Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, p. 17-18.

precaução com o que ocorria após ela é outro ponto passível de estudo que permeia os testamentos. São documentos que trazem relatos pessoais, portanto, revelam costumes e a maneira como as pessoas viviam e se sentiam no passado.<sup>17</sup>

Também podiam acontecer testamentos conjuntos, como o caso de Martim Afonso de Sousa e Dona Ana Pimentel, sua esposa. Ele, navegador português citado por Camões, foi o primeiro capitão donatário brasileiro e viveu entre Portugal, Brasil e Índia. Como eram meeiros de seus bens redigiram o documento juntos, mas fizeram ressalvas pessoais. Os desejos do casal diziam respeito aos ritos fúnebres, destino dos principais bens, incluindo casa e escravos, e direitos à sucessão, ou seja, à geração ou família.<sup>18</sup>

Dentro da temática da escravidão esses documentos ajudam a reconstruir padrões de vida dos escravizados, buscando as especificidades da vida de cativos e libertos.<sup>19</sup> Além disso, era comum nos testamentos pessoas alforriarem escravos como ato de benevolência e demonstração de gratidão. A alforria dos cativos acabava conduzindo-os a um estado híbrido que confundia o mundo da servidão e da liberdade. Alguns senhores concediam a liberdade, mas obrigavam os cativos a trabalharem por determinado período.<sup>20</sup> De maneira geral a alforria ocorria nos momentos de morte representava um misto de sentimentos. Quanto aos inventários, o documento revela o “plantel escravista” do falecido, nomeando-o, listando-o e avaliando-o entre seus bens. É possível acompanhar as transformações e dinâmicas da sociedade escravista.<sup>21</sup>

## O USO DE FONTES CARTORIAIS NA HISTORIOGRAFIA SOBRE ESCRAVIDÃO CAPIXABA

Desde que o uso de novas fontes passou a ser utilizado na historiografia, trabalhos inovadores, principalmente na temática da família escrava, passaram a ser produzidos. Destaque para a obra de Robert Slenes<sup>22</sup> *“Na Senzala uma Flor”* e Manolo Florentino e José Roberto Góes<sup>23</sup> *“A Paz nas Senzalas”*. Com isso, outras pesquisas. Os trabalhos de Slenes e Florentino e

---

<sup>17</sup> PAIVA, Eduardo França “Usos e Costumes da terra”: o viver e o sentir nos relatos testamentais e nos inventários *post-mortem* das Minas Gerais setecentistas. In.: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha. *Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica* (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p.75-106.

<sup>18</sup> FURTADO, Júnia F. (org.) *O Testamento de Martim Afonso Pimentel e de Dona Ana Pimentel no Acervo do Setor de Obras Raras da UFMG*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 129-131.

<sup>19</sup> SILVA, 2014, p. 6

<sup>20</sup> MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer; FIORAVANTE, Fernanda. A Liberdade Condicionada: senhores, escravos e suas orientações valorativas no contínuo reinventar da escravidão e da liberdade nas terras do ouro no decurso do Setecentos. In.: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo Rocha. *Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica* (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, p. 151-183.

<sup>21</sup> FURTADO, 2011, p. 111-112.

<sup>22</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

<sup>23</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Góes abriram caminho para que outros estudos semelhantes fossem desenvolvidos em vários lugares do Brasil. Desde então se consolidou a compreensão de família escrava existente em inúmeros lugares do país, tanto em economias agroexportadoras, como em regiões que produziam para o abastecimento interno.

Decerto, os inventários e testamentos não seriam as fontes mais adequadas para a realização desse tipo de estudo. Florentino e Góes afirmam que “é um exercício acerca das possibilidades de determinado tipo de fonte, os inventários *post mortem*, para o entendimento das relações familiares entre os escravos.”<sup>24</sup> Isso porque, muitas vezes os documentos trazem muitas lacunas e são desiguais nas informações. Enquanto alguns são muito minuciosos, outros parecem ter sido escritos por homens com muita pressa na execução de seu ofício. Ainda assim, são excelentes fontes pois trazem dados relacionados ao sexo, idade, naturalidade, preço e condições de saúde.<sup>25</sup> Slenes, por sua vez, destaca que “os novos estudos não amenizam nossa visão dos horrores da escravidão nem procuram fazer isso. Apenas devolvem ao escravismo sua “historicidade” como sistema construído por agentes sociais múltiplos”.<sup>26</sup>

Os estudos sobre família cativa demonstram a diversidade existente nas comunidades das várias regiões do Brasil. Como cada uma apresenta características peculiares, tais estudos podem ser contemplados por meio da micro-história, pois admite temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades específicas, ajudando na compreensão de redes familiares e laços de solidariedade. Segundo Jacques Revel “a abordagem micro-histórica se propõe a enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis.”<sup>27</sup> Os estudos em escala micro são interessantes por trazerem situações reais à tona, caso das inúmeras escravarias estudadas no país, incluindo a capixaba. Cada região apresenta peculiaridades, ainda que estejam inseridas em uma pequena província, como o Espírito Santo.

Apesar de o Espírito Santo ser uma província pequena e de pouco destaque, quando comparada às outras do Sudeste brasileiro, as escravarias capixabas apresentam características únicas. Em estudo pioneiro com a utilização de inventários, Vilma Almada detectou a presença de famílias cativas nas regiões de Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus. “Contrariamente, nas economias mais dinâmicas a existência de maiores plantéis de escravos nas unidades produtivas parece ter agido no sentido de facilitar as uniões entre escravos.”<sup>28</sup>

Nas décadas seguintes apareceriam estudos mais específicos sobre o assunto. O primeiro trabalho que abordou especificamente as famílias cativas no Espírito Santo e que utilizou inventários como fonte de pesquisa, contemplou a capital Vitória no período de 1800-1871,

---

<sup>24</sup> FLORENTINO, GÓES, 1997, p. 43.

<sup>25</sup> FLORENTINO, GÓES, 1997, p. 42-43.

<sup>26</sup> SLENES, 2011, p. 54.

<sup>27</sup> REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 23.

<sup>28</sup> ALMADA, Vilma P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984., p. 145.

e foi realizado por Patrícia Merlo, que observou que havia número significativo de cativos aparentados nas pequenas e médias escravarias, com mulheres desempenhando papéis de relevância nas famílias escravas.<sup>29</sup> De outra parte, houve entre 1850 e 1871, segundo a historiadora, já no segundo período, a autora ressalta a formação da comunidade cativa nas grandes escravarias. Conclui, ainda, que as escravarias de Vitória contavam com a reprodução natural dos escravos, alta concentração de crioulos, taxa elevada de crianças e frequentes laços familiares. Assim, a reposição das escravarias contava pouco com o tráfico internacional, o que dava à reprodução endógena lugar indispensável à manutenção da escravidão em Vitória.<sup>30</sup>

As pesquisas sobre o tema ganharam fôlego a partir da criação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo e dos estudos desenvolvidos pela professora Dr. Adriana Pereira Campos, quando as escravarias capixabas começaram a ser analisadas. A pesquisadora, em inúmeros trabalhos, utilizou inventários *post mortem* para conhecer melhor as escravarias capixabas.<sup>31</sup> Em estudos sobre Vitória a autora detectou a predominância de pardos e elevado número de mestiços. Isso dificultava a aparente distinção entre livres e cativos.<sup>32</sup>

Outro trabalho orientado pela pesquisadora e que também utiliza inventários foi realizado por Geisa Ribeiro<sup>33</sup> que analisou a importância da reprodução endógena para os municípios de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim. A autora comparou os documentos encontrados nessas duas regiões afim de realizar um paralelo entre a Região Central, com colonização mais antiga e a Região Sul, cuja economia açucareira e cafeeira sustentava a província. Verificou-se nos lugares a reprodução natural, ainda que Cachoeiro contasse com maior presença de escravos africanos. Outro aspecto interessante foi a permanência da família escrava unida, mesmo após a morte de seu senhor.

Por fim, o trabalho produzido pela autora desse artigo também está entre aqueles que analisam a família cativa capixaba e que utilizou inventários *post mortem* e testamentos como fonte de pesquisa, além de outros documentos.<sup>34</sup> O próximo tópico apresentará

---

<sup>29</sup> MERLO, Patrícia M. S. *O Nó e o Ninho*: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008, p. 137. Recentemente, a professora Patrícia Merlo lançou sua monografia como livro. MERLO, P. *O Nó e o Ninho*. Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. Vitória: EDUFES, 2018.

<sup>30</sup> MERLO, 2008, p. 181.

<sup>31</sup> CAMPOS, A. P. *Escravidão, reprodução endógena e creolização*: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.; CAMPOS, A. P. *Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815*. In: FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p.571-607.

<sup>32</sup> CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. 2003. Tese (Doutorado em História) – IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003, p. 95-96.

<sup>33</sup> RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e Desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

<sup>34</sup> MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da Escravidão em Itapemirim: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

alguns resultados encontrados através da análise dos inventários de Itapemirim, região sul da província do Espírito Santo. Essa pesquisa incluiu mais uma região escravocrata nas pesquisas sobre o assunto dentro da historiografia capixaba.

## **OS INVENTÁRIOS *POST MORTEM* E OS TESTAMENTOS DE ITAPEMIRIM-ES**

As terras que compreendem o Vale do Itapemirim, região sul do Espírito Santo, estavam entre as primeiras sesmarias capixabas<sup>35</sup> e recebeu os primeiros povoados ainda no século XVI.<sup>36</sup> A colonização efetiva, no entanto, ocorreu apenas no século XVIII, com a fundação da Fazenda Caxangá ou Fazendinha,<sup>37</sup> no início do século e com a chegada dos fugitivos das Minas de Castelo no final do Setecentos.<sup>38</sup> a partir de então, a região desenvolveu lavouras de cana de açúcar e recebeu a migração de fazendeiros mineiros, fluminenses, paulistas e baianos.<sup>39</sup> Graças ao crescimento da região em 27 de junho de 1815 a Freguesia foi elevada a categoria de Vila.<sup>40</sup>

Economicamente, a região se destacava por sua produção açucareira<sup>41</sup> e por ser o Porto capixaba mais próximo da Corte, o que facilitava as exportações.<sup>42</sup> Na segunda metade do século XIX o café se tornou o principal produto produzido e exportado pela província capixaba, e a produção encontrava-se no interior do Vale do Itapemirim.<sup>43</sup> Essa região cingiu-se em duas: no litoral produzia-se açúcar e no interior café.<sup>44</sup> E com isso, em 1864 Cachoeiro tornou-se Vila, se separando de Itapemirim.<sup>45</sup> No entanto, a exportação cafeeira utilizava o Porto de Itapemirim, que se tornou um entreposto comercial entre a região e a Corte.<sup>46</sup>

Nesse contexto, se inserem os inventários e testamentos de Itapemirim.<sup>47</sup> A busca por esses documentos foi verdadeira "*via-crúcis*", já que não estavam mais nos cartórios locais. Segundo os tabeliães, os documentos haviam sido recolhidos pelo fórum da cidade. Ao entrar

---

<sup>35</sup> DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 114;

<sup>36</sup> MARINS, A. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920. p.199-231.

<sup>37</sup> MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016, p. 19.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, J. T. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p. 222.

<sup>39</sup> MORENO, 2016, p. 32.

<sup>40</sup> MORENO, 2016, p. 33.

<sup>41</sup> MORENO, 2016, p. 20-22.

<sup>42</sup> MORENO, 2016, p. 86.

<sup>43</sup> ROCHA, Haroldo Corrêa.; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983. p. 15-18.

<sup>44</sup> ROCHA, COSSETTI, Op. Cit. p.35.

<sup>45</sup> O Decreto Provincial nº 11, de 16/07/1856 cria a freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, que estava subordinada a Itapemirim até que foi elevada à categoria de Vila, pelo Decreto Provincial nº 11, de 23/11/1864.

<sup>46</sup> MORENO, 2016, p. 86.

<sup>47</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. Série Vara de Famílias. 15 caixas.

em contato com o fórum, fui informada da transferência para Vitória, sem avisarem o local. Após contato com o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APPEES, os documentos foram localizados e encontravam-se indisponíveis para pesquisa. Pelo relato do funcionário, os papéis seriam descartados caso o APEES não os aceitasse.

A pesquisa de mestrado compreendia o período entre 1831-1888, anos que, respectivamente, representam marcos na história da escravidão brasileira: 1831 – primeira tentativa do Império brasileiro de colocar fim do tráfico internacional de cativos; 1888 – promulgação da Lei Áurea, que determinou o fim imediato da escravidão. Foram encontrados 108 documentos cartoriais, entre eles Arrecadações, Autos de Emancipação, Causas de Tutela, Cobranças, Empréstimos, Levantamento de Dinheiro, Licenças para Casamentos, Petições, Prestações de Conta, Queixas Crime, Requerimentos de Dívidas, Sessões de Herança, além de 85 inventários *post mortem* e testamentos. Estes últimos foram os documentos analisados na dissertação, ainda assim, devido ao recorte da pesquisa e do tempo para a execução da mesma, apenas as questões relacionadas aos cativos presentes nos documentos foram observadas.

O que será apresentado aqui são as conclusões mais relevantes relacionadas aos escravos. Para melhor organização da pesquisa, os documentos foram divididos em três fases: *1ª fase*: 1836-1849 período que compreende a Lei Feijó e a primeira proibição do tráfico negreiro em 1831, até o ano anterior a Lei Eusébio de Queirós, e a proibição definitiva do comércio de almas em 1850; *2ª fase*: 1850-1871, tendo esta lei como marco inicial e a Lei do Ventre Livre, que dava liberdade aos filhos das cativas nascidos a partir daquela data, como marco final da fase; *3ª fase*: 1872-1888, que compreende a última lei citada até a promulgação da Lei Áurea e consequente fim da escravidão. A tabela a seguir revela a divisão de documentos analisados.

**Tabela 1** - Número de Testamentos e Inventários Post Mortem de Itapemirim-ES (1836-1888)

Fases	Inventários	Testamentos	Testamentos/ Inventários	Total
1836-1849	5	0	0	5
1850-1871	23	7	9	39
1872-1888	39	0	2	41

Fonte: APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas.

É importante ressaltar que essas fontes se referem a uma parte da população que possuía bens para serem inventariados ou testados, e que, portanto, se trata de um pequeno contingente populacional de Itapemirim. Também excluem os cativos, uma vez que não eram inventariantes ou inventariados, nem testadores ou testamentários. Mas, deve ser reforçado que esses documentos são testemunhos sobre a morte e a vida das pessoas descritas e “contém ricas e variadas informações sobre múltiplos aspectos da vida do morto, bem como da sociedade que ele viveu.”<sup>48</sup> Como se percebe na tabela acima, um grupo pequeno de

<sup>48</sup> FURTADO, 2011, p. 93.

pessoas em Itapemirim optou por preparar sua morte através do testamento. A maior parte dos documentos foi redigida após a morte do indivíduo.

Dos 85 inventários e testamentos encontrados, 54 documentos apresentaram posse de cativos, que corresponde a 63,5%. Divididos nos períodos citados, outros números surgem. Na primeira fase até 1850, todos os documentos apresentam cativos entre suas posses. Na segunda fase, 66,6% das fontes possuem escravos enquanto que, na terceira fase, a posse de cativos está presente em 58,5% dos inventários e testamentos.

**Tabela 2** - Presença Escrava nos Inventários e Testamentos de Itapemirim-ES (1836-1888)

Fases	Documentos com Escravos	(%)	Documentos sem Escravos	(%)	Total de Escravos	(%)	Total de Documentos
1836-1849	5	100	0	0	275	25,1	5
1850-1871	26	66,6	13	33,4	594	54,4	39
1872-1888	24	58,5	17	41,5	224	20,5	41
Total Geral	54	63,5	32	36,5	1.093	100	85

Fonte: APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas.

Ao que se percebe, a maioria dos documentos analisados traz cativos entre as posses. Na primeira fase, onde todos os inventários contêm posse de escravos, se encontra 1/4 (25,1%) de todos os escravizados dos documentos. A segunda fase, por sua vez, concentra 54,4%, e o terceiro período, 20,5% dos cativos encontrados. É interessante observar que os documentos referentes à primeira metade do século XIX, apesar de serem apenas cinco, concentram grande quantitativo de escravos, diferente do último período, onde aparece a maior quantidade de documentos (41), mas apresenta o menor percentual com cativos, cerca de 58,5%. Pode-se concluir que na primeira metade do Oitocentos havia concentração de cativos nas escravarias de Itapemirim.

Uma possível explicação para a diminuição na quantidade de cativos da última fase é que o fim de fato do comércio transatlântico pode ter sido sentido em Itapemirim apenas nesse período. Além disso, a emancipação de Cachoeiro, que se tornou vila em 1864 também pode ter demorado a surtir efeito nas escravarias além das implicações da Lei do Ventre Livre, sendo que as crianças nascidas a partir daquela data não eram mais consideradas cativas.

Sobre a estrutura de posse presente nos inventários, que equivale a quantidade de cativos que cada proprietário possuía segundo o documento analisado, o período entre 1850-1871 é o que melhor descreve a região. Nessa fase, 31% dos proprietários possuíam de 1-5 cativos, 23% possuíam de 6-10 e 19% com 20 ou mais escravos. Nos três períodos analisados, 4 proprietários possuíam escravaria com mais de 100 escravizados. Eram esses: Correção da Partilha dos bens do desembargador Ignácio Accioli de Vasconcellos (1845), com 138 cativos; Inventário de Francisca da Costa Pinheiro Gomes, esposa do Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt (1849), com 111 cativos; Inventário de Jose Bello de Araújo

(1855) com 147 cativos; e Dona Urçula Barreto da Silva Barbosa casada com Tenente Coronel João Rodrigues Barbosa (1863) com 111 cativos.

A escravaria do ex-presidente da Província, Ignácio Acciole merece destaque já que foi dividida por famílias. Aparecem 20 famílias, das quais, 17 eram nucleares,<sup>49</sup> duas, matrilineares<sup>50</sup> e uma formada por irmãos órfãos. Já na escravaria de Dona Francisca Gomes havia 21 crianças de até 10 anos, que representava 19% do total de escravos. Eram 10 famílias sendo, nove nucleares e uma matrilinear e 58,5%, que não possuíam laços de parentesco identificados no inventário. Quanto ao inventário de José Bello de Araújo não apresenta parentesco dos cativos nem a origem dos mesmos, mas aparecem 25 crianças com idades entre um e 10 anos. Por fim, a escravaria de D. Urçula Barreto era formada por 15 crianças, três famílias nucleares, sendo uma sem registro de filhos, e oito matrilineares.

Como já discutido nesse artigo, muitas pesquisas sobre famílias cativas utilizam inventários e testamentos como fontes em várias localidades. Ainda assim, não são os melhores documentos para essa tarefa. Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes,<sup>51</sup> o uso dessas fontes configura exercício de interpretação das relações familiares cativas. Para o estudo das famílias cativas do Rio de Janeiro, Florentino e Góes recomendam a reunião de pistas, indícios e, às vezes, provas que podem tornar os laços familiares cativos menos obscuros. Patrícia Merlo<sup>52</sup> por sua vez, ao pesquisar famílias escravas em Vitória, comenta sobre as fontes capixabas, que são dispersas, às vezes ausentes e, com isso, o cruzamento de dados é dificultado.

Como exposto, os inventários apresentam muitas lacunas a respeito da vida dos cativos, principalmente nos documentos entre 1850-1871. Ainda assim, trazem informações de um quadro complexo de relações familiares tecidas pelos cativos da região. Nem todos os documentos apresentam relações familiares. A tabela a seguir apresentará o quantitativo de documentos com famílias nos períodos estudados.

**Tabela 3** - Documentos com Laços Familiares em Itapemirim-ES (1836-1888)

Fases	Inventários				Testamentos				Testamentos/ Inventários				Total						
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		N	%				
1836-1849	2	40	3	60	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
1850-1871	9	23	4	10	10	26	2	5	3	8	2	5	7	18	1	2,5	1	2,5	39
1872-1888	14	34	9	22	16	39	0	0	0	0	0	0	0	1	2,5	1	2,5	41	
Total	25	29	16	19	26	30,5	2	2,5	3	3,5	2	2,5	7	8	2	2,5	2	2,5	85

Fonte: APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas.

<sup>49</sup> Famílias nucleares são aquelas que o núcleo é composto por marido e esposa.

<sup>50</sup> Famílias matrilineares são aquelas que o núcleo é composto apenas pela mãe.

<sup>51</sup> FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 43.

<sup>52</sup> MERLO, 2008, p. 208.

Dos documentos levantados em todos os períodos, 64,7% aparecem escravos como bens, sendo que 40% dos mesmos trazem laços familiares. No período entre 1836-1849, 40% dos inventários trazem registros de famílias. Já entre 1850-1871, em 46% dos documentos aparecem famílias (nove inventários, dois testamentos e sete inventários com testamentos). No último período, 34% dos inventários apresentam famílias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muitas outras análises e conclusões foram obtidas através desses documentos e outras muitas poderiam ter sido realizadas. Porém, devido ao tempo de pesquisa, apenas os dados relevantes sobre o tema do artigo foram apresentados aqui. O que precisa ser registrado é a relevância dos documentos cartoriais para as pesquisas históricas e como os mesmos enriquecem os trabalhos historiográficos. No caso específico da História Capixaba, a ausência de outras fontes transforma Inventários *post mortem* e Testamentos em peças fundamentais para se desvendar o quebra-cabeça do passado espírito-santense.

Seria inocência acreditar que esses documentos revelam todas as informações do passado, porém dão numerosas pistas e informações que, durante muito tempo, foram deixados de lado. Sobre a escravidão esses documentos revelam muito, mas ocultam muito mais. Testamentos revelam desejos dos senhores para com os cativos, de os libertarem, de que cuidem de seus filhos após sua morte, que cumpram tarefas para conseguirem alforria. Inventários mostram a composição de muitas famílias cativas, idade dos maridos, esposas, filhos, as habilidades e valores de cada, dentre outras informações, porém em ambos os documentos esses seres humanos estão a mercê da vontade de outros.

Ainda assim, esses documentos dão voz a esses personagens que, durante muito tempo eram contabilizados apenas como mercadorias. Pesquisas sobre famílias escravas demonstram o significado físico e figurado da palavra resiliência: <sup>53</sup> "elasticidade que faz com que certos corpos deformados voltem a sua forma original," ou "capacidade de rápida adaptação ou recuperação". Com toda violência que sofreram, conseguiram se reinventar, construir famílias e relações sociais e recomeçaram suas vidas, apesar do cativo.

## **REFERÊNCIAS**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. Série Vara de Famílias. 15 caixas.

---

<sup>53</sup> RESILIÊNCIA. In.: *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=resiliencia>. Acesso em 12 de outubro de 2019.

- ALMADA, Vilma P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- ARAÚJO, Maria Lucília V. *Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos*. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao06/materia01/texto01.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.
- CAMPOS, Adriana Pereira. *Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.
- CAMPOS, Adriana Pereira. *Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815*. In: FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p.571-607.
- CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. 2003. Tese (Doutorado em História) – IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.
- DURÃES, Margarida. *Os Testamentos e a História da Família*. CONFERÊNCIA APRESENTADA NO ÂMBITO DO MESTRADO DE DEMOGRAFIA, Campinas, Instituto de Filosofia de Ciências Humanas na Universidade Federal de Campinas, 2004, p. 1-6.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FURTADO, Júnia F. *A morte como testamento da vida*. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.93-118.
- FURTADO, Júnia F. (org.) *O Testamento de Martim Afonso Pimentel e de Dona Ana Pimentel no Acervo do Setor de Obras Raras da UFMG*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da Escravidão em Itapemirim: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. *Inventários e Sequestros: Fontes para a História Social*. In: *Revista do Departamento de História*. 9, 1989, p.31. Disponível em ([https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572771593c44d8676a059f47/1462202714544/3\\_Magalhaes%2C+Beatriz+Ricardina+de.pdf](https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572771593c44d8676a059f47/1462202714544/3_Magalhaes%2C+Beatriz+Ricardina+de.pdf)). Acesso em 21 de julho de 2018.
- MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer; FIORAVANTE, Fernanda. *A Liberdade Condicionada: senhores, escravos e suas orientações valorativas no contínuo reinventar da escravidão e da liberdade nas terras do ouro no decurso do Setecentos*. In.: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo Rocha. *Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, p. 151-183.
- MERLO, Patrícia M. S. *O Nó e o Ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

- Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Melhoramentos, 2019. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em 12 de outubro de 2019.
- MIRANDA, Ana Caroline C. As últimas vontades: considerações sobre o testamento de Maria Machado Pereira, preta forra - Vila de Pitangui (1777). *Fontes*, São Paulo, n. 4, 2016/1, p. 72. Disponível em: <http://www.revistadefontes.unifesp.br/wp-content/uploads/2017/04/fontes04de71a78.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.
- PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte PPGH-UFMG, 2009.
- PAIVA, Eduardo França "Usos e Costumes da terra": o viver e o sentir nos relatos testamentais e nos inventários post-mortem das Minas Gerais setecentistas. In.: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha. *Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p.75-106.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 23.
- RIBEIRO, Geisa Lourenço. Enlaces e Desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- RODRIGUES, Cláudia. O uso de testamentos nas pesquisas sobre atitudes diante da morte em sociedades católicas de Antigo Regime. In.: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha. *Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, p. 17-50.
- SILVA, Aryanne Faustina da. O uso dos testamentos como fontes para a produção do conhecimento histórico. In.: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014, p. 1-10 Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400163550\\_ARQUIVO\\_TextoCompleto-AryanneFaustinadaSilva.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400163550_ARQUIVO_TextoCompleto-AryanneFaustinadaSilva.pdf). Acesso em 21 de julho de 2018.
- SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.
- TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post-mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. In.: *Mal Estar e Sociedade*. Ano V, n. 8. Barbacena: jan/jun. 2012, p. 64. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/187/189>. Acesso em 21 de julho de 2018.